

Representantes presentes da Câmara Social

- | | |
|--|--|
| 1. Fernanda Fowler (OAB) | 13. Paulo Caon (SEURBS) |
| 2. Salvador Arnone (OAB) - suplente | 14. Dolores Moreno Pino (SEURBS) |
| 3. Fábio Gouvêa (AEA) - suplente | 15. Bruna Azevedo Leite (SEURBS) -
suplente |
| 4. Ricardo Law (UNIP) | 16. Georges Assaad (GARD) |
| 5. Sueleide Prado (Vale Verde) | 17. Francisco Godoy (SMC) |
| 6. Lincoln Delgado (GCE) | 18. Wellington Zancheta (URBAM) |
| 7. Silvio Holleben (AABE) - suplente | 19. Rodrigo Costa (URBAM) - suplente |
| 8. Camila Schwarz (SASP) - suplente | 20. Gustavo Bahia (SABESP) |
| 9. Renato Veneziani (SIND. RURAL) | 21. Rogério Cyborg (Câmara) |
| 10. Ronaldo Madureira (SEURBS) | 22. Dulce Rita (Câmara) |
| 11. Teles Eduardo Pivetta (SEURBS) -
suplente | |
| 12. Rodolfo Venâncio (SEURBS) | |
-

Demais cidadãos presentes

- | | |
|------------------------------------|--------------------------------|
| 1. Taciana Silva (Jardim Satélite) | 3. Lucas Lacaz Ruiz (Coletivo) |
| 2. João Mário Antunes (COMUS) | |
-

Pauta:

1. **Aprovação das Atas da Reunião Extraordinária de 13/03/19 e da Reunião Ordinária de 25/04/2019;**
2. **Posse de novos membros;**
3. **Apresentação dos avanços referentes à reformulação da Lei de Zoneamento;**
4. **Saneamento - SABESP;**
5. **Informes:**

- **Arborização Urbana: apresentação sobre o plano de trabalho da gestora contratada.**

- **Aprovação da Câmara de Compensação Ambiental CCA sobre cumprimento do TCCA REVAP para as ações previstas no Parque do Banhado.**

1 Às catorze horas e vinte minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e dezenove, o
2 Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMAM Lincoln Delgado
3 (GCE), deu início à reunião ordinária, cumprimentando os presentes e agradecendo a
4 presença de todos. Em seguida, colocou que, a pedido do Secretário Marcelo Manara,
5 e pelo fato de a pauta não ser extensa, iria conceder a palavra ao Secretário para que
6 o mesmo expusesse a respeito da aprovação da Câmara de compensação ambiental
7 sobre o cumprimento do TCCA/REVAP para as ações previstas no Banhado, ou seja,
8 recursos de compensação já disponíveis para que ações sejam efetivadas no Parque
9 do Banhado. Mencionou também que o assunto principal da reunião seria uma
10 apresentação do status das discussões sobre a revisão da Lei de Zoneamento, além
11 da apresentação do plano de trabalho da gestora contratada para monitorar a
12 arborização urbana. Mencionou ainda que a SABESP não iria fazer a apresentação
13 objeto da pauta, eis que seus técnicos não conseguiram tempo para finalizá-la, ficando
14 para a próxima reunião ordinária. Salientou a importância da apresentação da SABESP
15 pelo fato de a imprensa ter noticiado uma grande quantidade de agrotóxicos nas águas
16 do Brasil e que São José dos Campos também havia sido atingido. Em seguida,
17 passou a palavra para o Secretário Marcelo Manara, que iniciou agradecendo ao
18 Presidente do COMAM e cumprimentando os presentes. O Secretário mencionou que
19 seria breve em sua apresentação, mas que isso não impediria futuras discussões mais
20 aprofundadas sobre o tema. De início, relembrou que em dezoito de maio último,
21 completaram treze anos que o Município aguardava a liberação dos recursos,
22 mencionando que a origem foi com a ampliação da refinaria, destacando a mobilização
23 dos ambientalistas na época para que a maior parte dos recursos ficasse em São José.

24 Em um breve histórico, disse que a assinatura do TCCA foi efetivada em dezoito de
25 maio de dois mil e seis e que este documento previu a destinação de recursos para
26 Campos do Jordão (Parque Estadual), para a Serra do Mar (também para
27 regularização fundiária – Núcleo Cunha/Santa Virgínia) e definiu os investimentos para
28 a APA do Banhado e para a Reserva Ecológica Augusto Ruschi, totalizando à época
29 nove milhões de reais, sendo que, atualmente, o montante gira em torno de dezessete
30 milhões de reais, devido à correção monetária, etc. Alertou tratar-se de recurso
31 “carimbado” a fim de que seja utilizado para pacificação da questão fundiária, de
32 acordo, inclusive, com as normatizações legais do SNUC. Colocou ainda que quando
33 da formalização do TCCA, a área foi “dividida” em três partes, sendo que uma das
34 condicionantes para a liberação dos recursos era que a Municipalidade deveria
35 promover a desocupação da área em que seria instalado o Parque do Banhado.
36 Atentou para a existência, no perímetro que compreende a Ferrovia e a Via Norte, de
37 uma única ocupação (Clube da Telesp) que, embora já esteja desativada, requer
38 processo de desapropriação por parte do Município. Nesse sentido, relatou que levou
39 ao conhecimento da PETROBRÁS, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, do
40 CONSEMA e da Câmara de Compensação Ambiental a suficiência das medidas
41 tomadas pelo Município, como as de desocupação da área ambientalmente protegida,
42 além do efetivo cumprimento dos requisitos previstos no TCCA. Assim, a Câmara de
43 Compensação Ambiental, por decisão unânime, considerou cumpridos os requisitos, o
44 que levou à liberação parcial dos recursos, pelo fato de ainda existirem mais duas
45 áreas ainda ocupadas. Apresentou ainda ações complementares, como o atendimento
46 às famílias (Lei da Casa Joseense), criação do GARD (Grupo de Acompanhamento de
47 Riscos Difusos), e o programa “Observa”. O Secretário, por fim, destacou o fato de o
48 Município “tirar do papel” mencionada área de conservação e finalizou sua
49 apresentação colocando-se à disposição para questionamentos. Em seguida, o
50 Presidente do COMAM Lincoln Delgado agradeceu ao Secretário e concedeu
51 oportunidade de fala não só aos membros do Conselho, mas também aos demais
52 presentes. O primeiro a se manifestar foi o Sr. Lucas Lacaz Ruiz (Rede Agroflorestal),
53 questionando o Secretário Marcelo Manara a respeito da capacidade de gestão da
54 prefeitura no tocante à educação ambiental no Parque do Banhado quando, de acordo
55 com ele, o Município fracassou nas ações na Praça Rubens Castilho, além de
56 promover podas “exageradas” nas árvores da cidade. O Secretário Marcelo Manara,
57 em resposta, disse se tratar de assuntos completamente diversos, mas que iria tentar
58 construir uma linha de raciocínio conciliadora dos temas. Disse que o plano de manejo,
59 instrumento legal que é, irá definir a maneira e a estrutura com a qual as crianças serão
60 recebidas no Parque do Banhado. Disse ainda, no tocante à questão da Praça Rubens
61 Castilho, que um projeto piloto, por ser piloto, pode ou não dar certo. Em referência à
62 mencionada Praça, colocou que, por diversos motivos, em parte por desentendimentos
63 entre a própria comunidade local, foi necessária uma reavaliação transparente e
64 democrática, que envolveu os moradores, com a aplicação de um questionário que
65 resultou majoritariamente no pedido de suspensão das ações. Colocou também que
66 durante três domingos esteve conversando com a comunidade do entorno da Praça e

67 que o Município tem a intenção de retornar com as ações na localidade, talvez em
68 formato diverso do inicial. Logo depois, o Presidente do COMAM passou a palavra para
69 Carolina da Associação Corredor Ecológico do Vale do Paraíba, que é membro do
70 Conselho Gestor da APA do Banhado. Ela questiona o Secretário Marcelo Manara a
71 respeito dos limites atuais e da falta de explicações sobre áreas que já são protegidas,
72 mas que poderiam estar englobadas, como, por exemplo, a APP do Rio Paraíba do
73 Sul. O Secretário responde que, de fato, são questões de muita importância e que os
74 estudos serão aprofundados em todos os fóruns de discussão; menciona que todos os
75 documentos e estudos farão parte do plano de manejo. O Secretário agradece ao
76 Presidente pela inversão de pauta. Ato contínuo, o Presidente do COMAM Lincoln
77 Delgado, diz que dois assuntos passaram despercebidos. O primeiro, em relação às
78 atas que haviam sido disponibilizadas e que sobre elas pesavam apenas dois
79 apontamentos, um do Wilson Cabral e outro da Klécia, que versavam sobre
80 substituição de algumas palavras. Os apontamentos foram acatados. Sobre a outra ata
81 não sobreveio qualquer questionamento. O Presidente consultou os Conselheiros
82 presentes e na ausência de qualquer manifestação deu por aprovadas as atas. O
83 segundo assunto era referente à readequação administrativa nos quadros da
84 Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade. O Presidente comunicou o afastamento
85 da Secretária Executiva do COMAM Tamires Sant'Anna e também anunciou seu
86 substituto, o advogado Pedro Ortiz, que se apresentou em seguida, cumprimentando
87 os presentes e colocando-se à disposição para o que fosse preciso. Seguidamente, o
88 Presidente Lincoln Delgado deu sequência à reunião, procedendo a mais uma inversão
89 de pauta e anunciou a apresentação do plano de trabalho, pela gestora contratada, a
90 respeito da arborização urbana. Assim, convidou o Engenheiro Rogério Mazzeo,
91 contratado pela Prefeitura para fazer o diagnóstico da arborização urbana do Município,
92 a iniciar sua apresentação. Rogério Mazzeo iniciou sua fala se apresentando e disse
93 que irá trabalhar nesse termo de colaboração como coordenador técnico e também irá
94 atuar na área de arboricultura, colocando-se à disposição do Conselho para qualquer
95 dúvida, esclarecimento ou sugestão. Comunicou que o termo de colaboração contém
96 quatro atividades principais, quais sejam: o inventário da floresta urbana, onde serão
97 cadastradas e inventariadas todas as árvores que estão em área pública,
98 principalmente em calçadas e canteiros centrais; elaboração de doze mil laudos
99 técnicos que são avaliações solicitadas por municípios ou mesmo constatar eventual
100 risco apresentado pela árvore; cinco mil e trezentas horas que serão destinados à
101 educação ambiental e três mil e quatrocentas horas de comunicação a fim de divulgar o
102 tema educação ambiental para a cidade. Mencionou que o contrato foi assinado e
103 publicado no Boletim do Município no início do mês de maio de dois mil e dezenove,
104 paralelamente à formalização dos contratos dos técnicos, aquisição dos materiais e
105 equipamentos que serão utilizados em campo e em escritório, reunião das equipes que
106 irão trabalhar na educação ambiental, comunicação, arborização e na agenda de
107 atividades. Relatou que o primeiro trabalho, que será desenvolvido nos três primeiros
108 meses, será destinado a atender aos pedidos já feitos por municípios de avaliações de
109 árvores e que estão acumulados, sendo quatro mil processos que serão avaliados,

110 além do planejamento de vistorias e elaboração de laudos técnicos. Citou, finalizando
111 sua participação, que o atendimento gera avaliação da árvore e consequente
112 elaboração de laudo técnico. Por conseguinte, o Presidente do Conselho retomou a
113 palavra e indagou o Engenheiro Rogério Mazzeo a respeito da existência ou não de
114 priorização na avaliação dos quatro mil pedidos de supressão de árvores, momento em
115 que o contratado respondeu afirmativamente, ou seja, que será feita uma triagem nos
116 processos existentes. Em seguida, a representante do Poder Público, Andréa Sundfeld
117 complementou a fala do Eng. Mazzeo dizendo que farão uso do *software* "Arbio" a fim
118 de auxiliar na gestão das informações de arborização. Disse também que todas as
119 vistorias, todo levantamento que será feito a partir deste trabalho técnico serão
120 utilizados para alimentar um banco de dados que estará na "nuvem" a fim de
121 possibilitar uma melhor gestão do patrimônio arbóreo. Rogério Mazzeo colocou que o
122 *software* foi desenvolvido pelo IPT e que ele será alimentado com as informações que
123 serão coletadas em campo. A seguir, o munícipe João Mario, que é membro do
124 Conselho Municipal de Saúde criticou a maneira como são feitas as podas de árvores
125 no Município, além de ter dito que os roçadores cortam as cascas das árvores,
126 levando-as a morte. O Engenheiro Rogério Mazzeo salientou que no inventário, mesmo
127 que brevemente, irão proceder à avaliação da poda da árvore a fim de identificar a
128 existência de algum tipo de poda inadequada e em relação à roçadeira, concordou com
129 o munícipe, dizendo que até já existe um termo para a ação, qual seja, "o mal da
130 roçadeira" e que estão em busca de uma solução para o problema. O Presidente do
131 COMAM mencionou que, infelizmente, São José dos Campos não separa a gestão da
132 arborização e dos parques dos responsáveis pelo trabalho propriamente dito e que há
133 necessidade de uma melhor interlocução entre as Secretarias envolvidas. Logo depois,
134 o suplente da OAB, Salvador Arnone solicitou entender melhor o fluxograma de quando
135 um munícipe faz uma reclamação no 156 (um, cinco, meia). Disse que após a
136 reclamação, a Prefeitura faz o diagnóstico e a supressão é autorizada rapidamente,
137 mas que falta fiscalização no tocante à consequente compensação ambiental,
138 mencionando ainda que a nova árvore deveria ser plantada concomitantemente ou
139 anteriormente à supressão. Posteriormente, a munícipe Taciana Miranda solicitou fazer
140 uso da palavra a fim de questionar se a gestão do patrimônio arbóreo vai ou não
141 envolver as nascentes. O Engenheiro Rogério Mazzeo respondeu negativamente,
142 dizendo que o objeto dos trabalhos será as árvores urbanas, principalmente aquelas
143 que se encontram nas calçadas. O Conselheiro Gustavo Bahia, da SABESP, perguntou
144 se além da espécie arbórea, irão identificar o que existe no entorno, ou seja, galeria de
145 água, esgoto, fiação elétrica. Rogério Mazzeo disse que a sugestão é muito boa e que
146 não havia previsão de realização deste trabalho. Disse que os inventários serão
147 compostos também por vídeos, o que facilitará a visualização e os trabalhos, pois o
148 tempo de campo tenderá a ser menor. Além disso, falou que os vídeos poderão ser
149 utilizados como meio de prova a fim de fiscalizar a compensação. Em seguida, a
150 Conselheira Sueleide Prado da ONG Vale Verde, critica a maneira com a qual é feita a
151 poda das árvores, solicitando ao Engenheiro Rogério Mazzeo que ateste em seus
152 laudos se a poda foi ou não realizada de maneira equivocada, com o objetivo de

153 documentar este fato. Em resposta, o engenheiro Mazzeo disse que irá citar em seu
154 relatório se a poda foi ou não realizada da maneira errada. Depois, foi a vez do
155 Engenheiro Ronaldo Madureira, representante do Poder Público, solicitar a palavra. Ele
156 disse que a solicitação de supressão de árvore não é mais realizada por ligação no 156
157 (um, cinco, meia) sendo necessária a abertura de processo administrativo. Em relação
158 às podas, disse que foi feita capacitação com os servidores da Secretaria de
159 Manutenção da Cidade, além de aplicação de multa à empresa que lesionou
160 indevidamente árvore por conta de poda inadequada. Lucas Lacaz Ruiz, da Rede
161 Agroflorestal, ainda sobre o sistema de podas, mencionou que faz na Praça Rubens
162 Castilho, o coroamento do caule das árvores de modo a protegê-las de podas
163 inadequadas, mencionando que existem alternativas. Em relação à compensação
164 ambiental, diz que é necessário o plantio no mesmo local da supressão e cita como
165 exemplo os alagamentos na Avenida Cidade Jardim. Rogério Mazzeo diz que concorda
166 com o município, mas que a mudança de paradigma em uma cidade do porte de São
167 José dos Campos não é algo que irá acontecer da noite para o dia. Diz ainda que
168 existe uma apresentação completa de todo o plano de trabalho, com calendário e mais
169 detalhes, momento em que concorda com a sugestão do Presidente do COMAM em
170 disponibilizá-la aos membros por e-mail. Seguidamente, o Sr. Silvio Holleben da
171 Associação Amigos do Esplanada e Adjacências, formula questionamento a respeito
172 dos equipamentos que serão necessários para a realização dos trabalhos, quando, em
173 resposta, o Engenheiro Mazzeo menciona que irão necessitar de "GPS" de navegação,
174 *tablet* e computadores para descarregar os dados coletados em campo. Silvio pergunta
175 ainda se o trabalho que irão realizar se resume apenas em cadastramento, instante em
176 que é informado que o contrato prevê além do cadastramento, a elaboração de laudos,
177 educação ambiental e comunicação. Rogério Mazzeo coloca que os trabalhos serão
178 desenvolvidos em até três anos. Silvio continua e questiona a Municipalidade a respeito
179 das ações que serão desenvolvidas nestes três anos no tocante às árvores que,
180 segundo ele, "estão para cair". Neste momento, o representante do Poder Público,
181 Engenheiro Ronaldo Madureira, responde que nos três primeiros meses do contrato
182 será feito um grande esforço para analisar os pedidos de supressão a fim de que sejam
183 ou não deferidos. Andrea Sundfeld, também representante do Poder Público,
184 complementa a resposta e diz que cabe à Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade
185 o gerenciamento do patrimônio arbóreo e à Secretaria de Manutenção da Cidade a
186 realização do serviço, tal como poda, tratamento fitossanitário ou até mesmo supressão
187 da árvore, ou seja, a SEURBS irá analisar os pedidos e indicar o que deve ser feito
188 pela SMC. Silvio Holleben retoma a palavra para solicitar providências da Prefeitura a
189 respeito da reforma da calçada do Fórum Trabalhista de São José dos Campos que
190 acabou por reduzir o espaço onde estão plantadas árvores. O Presidente do COMAM
191 comenta que já tratou desse assunto com o Engenheiro Ronaldo Madureira, que, por
192 sua vez, responde que já esteve no local e solicitou aos responsáveis a readequação
193 do espaço reservado às árvores. O Presidente Lincoln Delgado agradece ao
194 Engenheiro Rogério Mazzeo e pede que assim que os primeiros resultados sejam
195 alcançados, retorne ao COMAM para uma espécie de "prestação de contas". Rogério



Conselho Municipal de Meio Ambiente
São José dos Campos - SP

ATA da Reunião Ordinária

Dia: 22 de maio de 2019

Horário de início: 14h

Local: Auditório do Térreo do Paço Municipal

196 Mazzeo se coloca à disposição do Conselho e diz desejar que o contrato seja muito
197 proveitoso para o Município. O Presidente segue a pauta e convoca o Engenheiro
198 Rodolfo Venâncio, representante do Poder Público (SEURBS), para fazer sua
199 apresentação a respeito do zoneamento. Rodolfo então inicia sua apresentação
200 cumprimentando a todos e diz que irá reportar a todos a respeito das reuniões que
201 estão acontecendo nas Câmaras Técnicas do COMAM e do CMDU. Relata que as
202 reuniões tiveram início no dia quatro de abril. Coloca que a partir do dia seis de maio,
203 por solicitação dos integrantes das duas Câmaras Técnicas houve uma unificação das
204 reuniões, ou seja, as reuniões passaram a ser integradas por membros de ambos os
205 Conselhos e que já foram realizadas doze reuniões. Menciona ser interessante esse
206 novo formato, eis que é possível cotejar visões distintas em um mesmo colegiado.
207 Informa que a minuta da lei não está concluída e que tão logo esteja será apresentada
208 ao Conselho; entretanto afirma que as contribuições colhidas nas reuniões das
209 Câmaras serão utilizadas na formatação do projeto de lei. Declara que se estenderia
210 muito caso fosse descrever cada assunto tratado nas reuniões, pois, em média, são
211 discutidos oito, dez, doze temas em cada uma delas. Diz que discutem desde
212 permissão para colocação de vegetação em APP à luz do disposto no novo Código
213 Florestal, passando pela instalação de espécies arbóreas nos conjuntos residenciais
214 multifamiliares, já que não há qualquer previsão na legislação municipal a respeito do
215 assunto, em que pese o aumento do número de conjuntos horizontais na cidade.
216 Noticia que a última reunião datou de quinze de maio e finaliza sua apresentação. Após
217 questionamento do Presidente do COMAM a respeito do formato das reuniões,
218 reafirma que estão acontecendo em conjunto, ou seja, com membros de ambos os
219 Conselhos. Lincoln questiona ainda sobre quando será possível realizar uma
220 “devolutiva” dessas reuniões ao Plenário do Conselho, quando Rodolfo responde que
221 há inclusive a possibilidade de se convocar uma reunião extraordinária a fim de que
222 seja apresentada a minuta do projeto de lei, sugerindo, portanto, que seja realizada
223 uma reunião extraordinária para a apresentação da minuta e que na reunião ordinária
224 sejam apresentadas as sugestões colhidas na Câmara Técnica que efetivamente
225 vieram a compor o texto da lei. O Presidente do COMAM pergunta ao Plenário se
226 alguém deseja formular questionamentos, quando o Sr. Silvio Holleben (Jardim
227 Esplanada) pergunta ao Engenheiro Rodolfo o que quer dizer “Zonas Mistas – inclusive
228 Jardim Esplanada”. Rodolfo esclarece que vários temas são discutidos nas Câmaras
229 Técnicas e que cabe a ele tão somente mediar as discussões e não realizar qualquer
230 filtro dos assuntos levantados. Diz ainda que os tópicos ali expostos retratam apenas
231 os temas discutidos nas reuniões, não significando que serão objeto de alteração ou
232 manutenção no texto final da lei. Silvio afirma já existirem corredores comerciais
233 suficientes no bairro e que não há necessidade de que eles aumentem. Complementa
234 dizendo que teme que aconteça com a revisão da lei de zoneamento o mesmo que, de
235 acordo com ele, aconteceu quando da votação do Plano Diretor, mencionando que o
236 projeto foi enviado à Câmara Municipal com alterações que não foram objeto de
237 discussão. Silvio questiona ainda qual a altura estipulada para construções horizontais
238 e Rodolfo responde que não há altura definida, já que a minuta ainda não está pronta.

239 Rodolfo diz ainda que existe um gabarito definido pelo Plano Diretor, que é o mesmo
240 do COMAER, mas que para as residências, comércios, ainda não há definição. Silvio
241 Holleben diz que, de acordo com a apresentação do Engenheiro Oswaldo, da
242 SEURBS, foi apresentado um gabarito de nove metros. Rodolfo rebate e diz que a
243 apresentação do Oswaldo não é a minuta da lei, coloca também que o gabarito pode
244 ser mantido ou alterado, reafirma que, por enquanto, não há definição. Lincoln
245 Delgado, presidente do COMAM, fala que todas as discussões são relevantes a
246 respeito do zoneamento e que existe a possibilidade de se convocar até uma reunião
247 extraordinária, mas que é importante que haja tentativa de focar nas questões
248 ambientais. Em seguida, Lucas Lacaz Ruiz questiona o Engenheiro Rodolfo a respeito
249 das sugestões dadas, ou seja, se elas foram utilizadas ou não na formatação da minuta
250 da lei. Rodolfo responde que todas as contribuições são recepcionadas e levadas à
251 discussão não só nas Câmaras Técnicas, mas também para os técnicos da Secretaria.
252 Relata ainda que só terá uma resposta conclusiva a respeito das sugestões quando da
253 finalização da minuta. Lucas Lacaz Ruiz retoma a palavra para dizer que sua mãe tem
254 uma residência no Jardim Esplanada, na Rua Carlos de Campos e que ficou "parada"
255 por dez ou quinze anos. Diz que esta rua já permite a existência de comércios e que a
256 referida casa está anunciada para venda ou aluguel. O Engenheiro Rodolfo diz que não
257 é novidade a existência de duas posições antagônicas no que se refere ao zoneamento
258 do Jardim Esplanada, reiterando que até o momento não tem condições de afirmar
259 como a situação será resolvida no texto final da minuta. Ato contínuo, o Presidente do
260 COMAM perguntou se mais alguém teria o desejo de se manifestar a respeito do
261 assunto, quando então o munícipe João Mário se manifestou dizendo que existem
262 "barracos" no entorno do Córrego Senhorinha, na Avenida dos Evangélicos, número
263 duzentos e quarenta e três, onde os moradores acabam por fazer queimadas. Além
264 disso, afirmou já ter denunciado ao Ministério Público o depósito irregular de esgoto no
265 Córrego, mas desconhece as atitudes que a Prefeitura tomou em relação ao caso.
266 Reclamou ainda, solicitando alteração na Lei de Zoneamento, a respeito dos "fluxos"
267 que são realizados na região do bairro Dom Pedro, requerendo maior fiscalização por
268 parte do Município no sentido de se fazer cumprir o limite sonoro. Fez queixas também
269 sobre venda de drogas, instalação de barracos nas redondezas do antigo Pinheirinho.
270 Seguidamente, o Presidente passou a palavra novamente para o Sr. Silvio Holleben,
271 representante de uma das associações do Jardim Esplanada, que disse não se tratar
272 apenas de discutir a possibilidade de abertura para zonas mistas no bairro, mas sim da
273 questão ambiental. Afirma, citando o Professor Moraes, que a manutenção do bairro
274 como residencial somada à existência do Banhado, faz com que a poluição do local
275 seja dissipada, por conta do caminho dos ventos. O Presidente do COMAM alerta que
276 existirão outros locais para que o debate sobre zoneamento se aprofunde, tais como
277 audiências públicas, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, dentre outros.
278 Em seguida, a Vereadora Dulce Rita manifesta o desejo de formular questionamento,
279 dizendo que em reunião com diversos segmentos da sociedade perguntaram se os
280 estudos a respeito do zoneamento estão levando em conta o plano de mudanças
281 climáticas e o plano de macrodrenagem. O Engenheiro Rodolfo responde que o plano

282 de macrodrenagem ainda não está concluído, mas que, assim como o plano de
283 mudanças climáticas, é condicionante para a finalização da minuta e consequente
284 votação do projeto de lei, afirma, portanto, que farão parte do projeto. O Presidente do
285 COMAM Lincoln Delgado agradece ao Engenheiro Rodolfo Venâncio, passando a
286 palavra para que os representantes da URBAM expliquem a respeito do mau cheiro
287 advindo do aterro sanitário. Assim, Rodrigo, representante da empresa, passa a fazer a
288 leitura da nota explicativa: *“O aterro sanitário de São José dos Campos, localizado na
289 Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos – ETRS – cuja operação é feita pela
290 URBAM há mais de trinta anos sempre se preocupou em manter a qualidade na
291 operação atendendo todas as exigências técnicas solicitadas pela CETESB, o órgão
292 ambiental fiscalizador do Estado de São Paulo. O aterro sanitário recebe, em média,
293 setecentas toneladas de resíduos sólidos por dia, sendo que a operação de
294 aterramento de resíduos sólidos urbanos ocorre diariamente de segunda-feira a
295 domingo, inclusive aos feriados. A alta pluviosidade no início deste ano, em média
296 638,2 milímetros acumulada no primeiro trimestre foi um dos fatores que culminou em
297 problemas pontuais durante a semana do feriado de carnaval, desencadeando no
298 aumento da frequência de percepção de odores na região sul de São José dos
299 Campos. O excesso de chuva dificulta a cobertura de resíduos sólidos urbanos no
300 aterro trazendo alguns transtornos como, por exemplo, a emissão de gases além dos
301 limites toleráveis pela população. Com o excesso de chuva neste período, a retirada de
302 solo e posterior cobertura dos resíduos sólidos urbanos acaba sendo comprometida, já
303 que o solo saturado dificulta sua retirada e manuseio na cobertura. Mesmo assim, com
304 dificuldades, não houve interrupções no recebimento de resíduos sólidos urbanos e no
305 seu respectivo aterramento. De janeiro de 2017 até o presente foram recebidas
306 dezesseis solicitações ou reclamações através do sistema 156 relativas ao mau cheiro
307 na operação do aterro sanitário. A usina de biogás segue em operação contínua
308 executando a queima dos gases captados no aterro sanitário. Nas áreas onde não
309 houve ainda a captação, a queima é realizada diretamente no tubo de drenagem,
310 evitando ao máximo a liberação destes gases. Informando que a URBAM tem
311 intensificado as ações para períodos críticos como estes a fim de evitarmos quaisquer
312 incômodos, destacando: a utilização de mantas de sacrifício, que são lonas plásticas
313 que cobrem o maciço reduzindo a expansão de gases; o adensamento da ampla
314 cortina arbórea que circunda a estação de tratamento de resíduos sólidos; a avaliação
315 de um remediador ambiental físico-químico biodegradável que neutraliza os odores
316 gerados na operação do aterro sanitário. Sendo o que temos a informar no momento,
317 mantemo-nos a disposição para eventuais esclarecimentos complementares”. Logo
318 depois, o Sr. Lincoln Delgado agradeceu ao representante da URBAM, considerando a
319 questão esclarecida. Depois, passou a palavra novamente ao Sr. Lucas Lacaz Ruiz,
320 que questionou o Presidente a respeito de uma visita na Praça Rubens Castilho. O
321 Presidente respondeu que foi ao local e Lucas solicitou uma nova visita, quando
322 pretende acompanhar o Sr. Lincoln. Lucas criticou as podas que estão sendo
323 realizadas nas árvores, chamando-as de “podas criminais”. Além disso, questiona o
324 abaixo-assinado subscrito pelos moradores do entorno da praça, afirmando que não se*

325 trata de um número significativo, já que a escola que fica no local possui mais de
326 novecentos alunos. Requer, ainda, informações de onde estão localizadas e quem são
327 os responsáveis pelas dezesseis composteiras instaladas pela Prefeitura. Também, a
328 respeito das Câmaras Técnicas, pergunta sobre o que está sendo discutido e se o
329 registro das Câmaras estão disponíveis no site da Prefeitura. Diz que seria necessária
330 a existência de um diálogo maior entre Prefeitura e sociedade. O Presidente do
331 COMAM responde que as Câmaras Técnicas estão trabalhando e que as atividades
332 sempre são objeto de discussão e explanação nas reuniões do COMAM e completa
333 que, com relação à questão da Praça Rubens Castilho, é necessário que Prefeitura e o
334 Sr. Lucas cheguem a um denominador comum. Relata que, em sua visita, observou
335 pontos positivos e negativos no local. Reafirma que o debate não terá fim enquanto
336 Prefeitura e o Sr. Lucas não cederem em algum ponto. Logo depois, o representante
337 do Poder Público Engenheiro Ronaldo Madureira, colocou que não há queda de braço
338 entre Prefeitura e Lucas, mas sim uma “mediação de desejos” entre as partes, que não
339 pode haver imposição de quem quer que seja a respeito do tema. Colocou ainda que
340 diante da grande polarização existente entre os moradores da praça, resolveu-se
341 inaugurar o projeto, por agora, em outras localidades do município. Sugeriu que nada
342 impede que as pessoas afeitas à compostagem iniciem este processo utilizando-se da
343 compostagem individual doméstica. O Presidente do COMAM retomou a palavra e,
344 respondendo a um questionamento do Conselheiro Ricardo Law, disse que com
345 relação à apresentação da SABESP havia conversado com o seu representante e que
346 os técnicos da empresa estavam preparando uma apresentação mais completa no que
347 tange ao saneamento no Município, bem como a respeito da questão dos agrotóxicos.
348 Mencionou ainda que a apresentação será realizada na próxima reunião ordinária do
349 Conselho. Depois, o Conselheiro Ricardo Law disse do seu desejo que a SABESP
350 apresente dados do saneamento do Município, eis que São José dos Campos ganhou
351 um prêmio de excelência em saneamento mesmo possuindo ainda alguns loteamentos
352 irregulares. A respeito da posse dos novos membros do Conselho, o Presidente
353 esclarece que já fora dada em reunião passada, constando da pauta de maneira
354 equivocada. Em seguida, Sueleide Prado, da ONG Vale Verde ressalta que está
355 agendada para o dia vinte e oito de maio reunião do Conselho Municipal de
356 Saneamento e que uma das pautas é a apresentação do resultado da pesquisa de
357 satisfação da SABESP. Taciana (Associação de Moradores do Jardim Satélite)
358 menciona que há uma regularização de núcleo no bairro e que os moradores estão
359 despejando esgoto no Córrego Vidoca, que é um afluente do Rio Paraíba, colocando
360 que não há qualquer notícia, até o momento, de implantação de saneamento para
361 aquela localidade. O Presidente, então, sugere seja agendada uma reunião para tratar
362 especificamente deste tema, sendo convidadas a participar a SEURBS e a SABESP.
363 Antes do encerramento, o Conselheiro Ricardo Law solicita sejam apresentados, pelo
364 Fundo Municipal de Meio Ambiente, na próxima reunião, os valores arrecadados e a
365 destinação dada aos mesmos. Informa ainda que participou da reunião da Câmara
366 Técnica de Resíduos Sólidos onde as discussões sobre o tema foram finalizadas e que
367 em breve irão solicitar que o relatório seja apresentado e discutido em reunião do



ATA da Reunião Ordinária

Dia: 22 de maio de 2019

Horário de início: 14h

Local: Auditório do Térreo do Paço Municipal

368 COMAM.Nada mais a tratar, deu-se por encerrada a reunião, e eu, Pedro Ortiz, lavrei a
369 presente ata.



José Lincoln Trigo Delgado de Almeida
Presidente



Pedro Ortiz
Secretário Executivo

